

Objetivo de acordo amplo foi outra vez frustrado

A política de vida externa da Nova República diferiu, em alguns aspectos, da que foi conduzida pelo antigo regime, como por exemplo a decretação da moratória. Mas isso é muito pouco para quem pretendia mudar as regras do jogo com os banqueiros internacionais.

Nestes dois anos, os três Ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, Dilson Funaro e agora Bresser Pereira tentaram, sem êxito, uma renegociação plurianual da dívida, uma das bandeiras do PMDB e do Governo Sarney. Ainda assim, as duas negociações realizadas, a primeira em julho de 1986 e a segunda com o Clube de Paris em janeiro deste ano, foram marcadas por um relativo sucesso: ambas passaram por cima do aval do Fundo Monetário Internacional, coisa até aquele momento inadmissível para os credores, tanto oficiais quanto privados.

O que ficou decidido nestes entendimentos preliminares, entretanto, já está acirrando o conflito político no País. O Brasil volta ao Fundo e Bresser revê seu Plano Macroeconômico. Além disso, a proposta inicial de que o Governo depositaria uma parcela dos juros em uma instituição internacional, que poderia ser retirada caso



Bresser Pereira



Dilson Funaro



Francisco Dornelles

credores e devedor não chegassem a um acordo, deu lugar a um pagamento direto aos bancos. E mais, o Brasil se comprometeu a retomar o pagamento dos juros em janeiro sem contrapartida de dinheiro novo.

O acerto feito em 1986 foi encarado com mais otimismo. O Ministro Funaro e o então Presidente do Banco Central, FERNÃO BRACHER, conseguiram o que na época foi considerado uma vitória sobre os bancos: reescalonar a dívida e estender as linhas de financiamento interbancário e de exportação, longe da interferência do FMI. O acordo abrangia os US\$ 6,1 bilhões vencidos em 1985, US\$ 9 bilhões que venceriam em 1986 e US\$ 15 bilhões de linhas de crédito comercial e interbancário. Considerado uma ponte até o reescalonamento de toda a dívida, o acordo incluía spreads (taxa de risco) mais baixos e trouxe a convicção de que um acerto plurianual sairia no próximo ano, ou seja, em 1987.

O acordo realizado com o Clube de Paris, em janeiro do ano passado, foi resultado de longos contatos durante 1986 e com ele o Brasil conseguiu reescalonar o principal e os juros da dívida relativa a 1985 e 1986, com prazo de seis anos e três de carência, no total de US\$ 3,2 bilhões. Na época tudo indicava que o Brasil estava próximo a um entendimento com os credores privados, mas em 20 de janeiro o País decretou moratória e a partir daí o gelo foi difícil de quebrar, culminando com a substituição de Funaro por Bresser.

A postura brasileira com relação dívida externa mudou a partir da gestão do Ministro Dilson Funaro. Com o início da Nova República, as negociações foram retomadas em maio daquele ano, com Antônio Carlos Lemgruber, Presidente do Banco Central, e Dornelles à frente. Falava-se em renegociar nas mesmas bases do Governo Figueiredo e admitia-se um acordo com o FMI. Em março de 1985, o Lemgruber insistia em um acordo com prazos de carência de seis a sete anos e de 16 anos para saldar a dívida de US\$ 43 bilhões de 1985 a 1991, mas não queria dinheiro novo.

Em 85 o Governo obteve, por três vezes, a prorrogação do prazo de pagamento da dívida externa de curto prazo, de US\$ 16 bilhões. No último acordo, feito no Governo Figueiredo, os bancos concordaram em manter nas agências das instituições brasileiras no exterior aqueles depósitos de US\$ 16 bilhões.